



3663 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT02 - História da Educação

educação e saúde

Antonio Paulino de Sousa - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar o processo de institucionalização da economia e a formação dos economistas bem como a difusão da concepção americana de economia em países como o Brasil. As pesquisas mostram os efeitos concretos do aprendizado de economia sobre os comportamentos cotidianos e mais precisamente sobre as ações relacionadas aos mecanismos de mercado e sua legitimidade. A economia política ganhou espaço a ponto de se tornar um campo central do sistema educativo moderno.

A formação e institucionalização da economia : difusão da ideologia de mercado e dominação política.

1. Introdução

Essa pesquisa visa analisar o processo de institucionalização das ciências econômicas; a centralidade da dominação americana que se faz através da formação em economia e, sobretudo, da difusão da concepção americana de economia de Mercado em países como o Brasil e principalmente no período de 1960-1980. Trata-se de uma dimensão fundamental da socialização dos mecanismos de mercado que está presente nos cursos universitários e nas práticas de gestão como se observa nas missões de produtividade, destinadas aos economistas franceses que buscavam melhorar o nível de crescimento econômico e, na América Latina, com o grupo de estudantes de economia que fizeram cursos de economia em Chicago e ficaram conhecidos como *Chicagos boys*. Estes se tornaram conhecidos também pela formação monetarista adquirida e pela luta contra o pensamento econômico da América Latina que se consolidava com a CEPAL. Pensar a formação dos economistas sugere que este problema deve ser inserido em uma perspectiva que remete aos modos de internacionalização de um modelo econômico de livre mercado e à lógica da produtividade, de inspiração americana, presente em diversos países. Para compreender os efeitos das políticas científicas, em termos de formação, é necessário analisar a evolução e o campo no qual ela se aplica (POLLAK, 1976, p.105). É preciso dizer que a formação e a pesquisa em ciências econômicas têm como objetivo a produção e a transmissão de conhecimentos científicos sobre a realidade econômica.

2. O ensino e desenvolvimento da economia como disciplina

Logo após a Segunda Guerra Mundial, a formação em ciências econômicas se desenvolveu na maioria dos países do mundo. Ora, até então, a economia política não ocupava um espaço importante nas universidades e com a estruturação das ciências econômicas ela passa a ocupar um espaço institucional centrado no mundo acadêmico (POLLAK, 1976). Na França, o ensino de economia foi tardio e a primeira cadeira de ensino da economia política foi ministrada por Jean-Baptiste Say em 1820 no *Conservatoire des arts et métiers* e a faculdade de direito de Paris começou a ofertar timidamente esta nova disciplina em 1864. O fato é que durante muito tempo a economia fora uma disciplina auxiliar do direito e somente em 1957 as faculdades de direito se transformaram, na França, em faculdades de direito e de economia. Diversas forças contribuíram com o processo de institucionalização da economia como disciplina acadêmica e em todos os países pode-se observar que a intervenção pública em matéria de formação e de pesquisa criou condições favoráveis ao desenvolvimento da disciplina. Na França, a intervenção do Estado legitimou as ciências econômicas criando não somente institutos de formação e centros de pesquisa, mas também criando empregos para os diplomados em economia nos organismos do Estado tais como: o ministério de finanças, agências de planificação, organismos de estatística econômica, dentre outros (LEBARON, 2009, p. 254).

A formação dos economistas contribui não somente com o surgimento de uma crença coletiva na validade dos discursos econômicos, mas é igualmente um elemento central da construção de uma ordem simbólica *marchand*, entendido como um processo indissociavelmente cognitivo que faz com que o mercado possa existir não somente como espaço dos agentes sociais, mas também como referência mental. As modificações científicas e pedagógicas mais significativas e mais difundidas são a microeconomia, a macroeconomia e a econometria (DESROSIERES, 2014).

O desenvolvimento de um sistema de ensino amplo e complexo das ciências econômicas criou condições para que esta disciplina ganhasse espaço a ponto de se tornar um campo central do sistema educativo moderno. A distinção passa a ser entre o mundo das coisas humanas e o mundo das coisas materiais, como bem analisa Gerard Mauger et C. F. Poliak (MAUGER e POLIAK, 1998).

3. A política de formação dos economistas na América latina

A nossa intenção não é fazer um estudo comparativo, no entanto convém lembrar que existe uma relação estreita entre a Fundação Getúlio Vargas e a formação dos economistas na França. O papel da formação na reprodução das crenças teóricas em economia pode ser exemplificada pela análise que Frédéric Lebaron faz da Escola pública da elite francesa, a ENSAE. Fundada em 1962, esta escola desenvolveu uma forma de ensino bem sofisticado, com uma pedagogia da economia na sua versão mais teórica e técnica e essa mesma concepção é implantada nas universidades, mas de forma mais atenuada (LEBARON, 2000, p.91). É através desse ensino que se inculca determinados tipos de técnicas, métodos e modelos que são definidos como centrais para a disciplina economia.

No caso da América Latina, ao analisar a internacionalização das ciências econômicas após 1945, Coats afirma que a boa ciência econômica surge na América Latina quando Harberger e um grupo de amigos instalaram o famoso grupo intitulado "Chicagos Boys" no Chile (COATS, 1993, p.10). A concepção de Coats é profundamente ideológica, pois descreve a evolução das ciências econômicas como uma passagem de um amadorismo ideológico ao profissionalismo sábio e à expertise. Ele defende a concepção segundo a qual o mercado

deve se autoregular. Essa concepção não leva em conta as contingências do desenvolvimento histórico da economia como disciplina.

A universidade de Chicago se constituiu como um dos grandes centros de ensino e de divulgação de um modo de pensar a economia com forte ênfase na economia de mercado e no financiamento do consumo. Os centros de reflexão e de pesquisas desta universidade (*think tanks*) instrumentalizam a economia de mercado ao colocá-la a serviço de objetivos meramente políticos. Apesar do "mérito" científico dos economistas de Chicago, eles eram excluídos da burocracia de Estado (DEZALAY, 2002, p.140). Mas se essa exclusão contribuiu para que a orientação política de Milton Friedman em direção a uma economia pura fosse aos poucos se consolidando.

4. Políticas de formação e ensino da economia no Brasil

No Brasil a Economia Política era inicialmente ensinada nas faculdades de direito e engenharia. Nos currículos das faculdades de direito de São Paulo e Olinda, estabelecidos em 1827, a disciplina era ministrada no quinto período. O caso da França é semelhante ao do Brasil no sentido de que, como já foi mencionado, o curso de Direito fora o primeiro espaço acadêmico onde as ciências econômicas começaram a ser estudadas sistematicamente. Nestas faculdades, o pensamento predominante era o liberal, com a forte influência do pensamento econômico inglês e francês. O segundo espaço de formação acadêmica na área das ciências econômica foi nas escolas de engenharia. Na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a disciplina Economia política estava presente no currículo desde sua fundação em 1873. Em 1945 os cursos de Economia começam a lutar pela autonomia da disciplina em relação ao direito e a engenharia.

Os economistas do Rio de Janeiro tinham uma atividade mais vinculada aos organismos estatais e às políticas econômicas mesmo alguns sendo engenheiros, como Eugênio Gudín, e advogados como Octavio Gouveia de Bulhões. Mas há também os economistas formados em direito e autodidata, como o maranhense Ignácio Rangel designado por Bresse Pereira e José Marcio Rêgo como um mestre da economia brasileira pela originalidade da análise do desenvolvimento brasileiro. Ele colaborou com a elaboração do projeto da Petrobrás e da Eletrobrás, fez parte do grupo seletor de assessores de Getúlio Vargas e ao mesmo tempo foi relegado ao ostracismo (BRESSER PEREIRA e RÊGO, 1993, p.99-100).

A valorização da profissão de economista no Brasil aconteceu no Governo de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954). Em 1946, a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, foi fundada. Nessa faculdade, o debate girava em torno da separação entre a economia e a administração. Ao fundar a Faculdade, Gudín se torna professor e seu livro *Princípios da economia monetária*, publicado em 1943, se torna o texto de referência para o ensino da Economia no Brasil. Ao mesmo tempo ele e Bulhões fundam um centro de pesquisa na Fundação Getúlio Vargas e a divulgação do monetarismo começa a ser introduzido no Brasil, mais cedo do que o que se imagina. A luta que se propaga na América Latina será entre os monetaristas e os estruturalistas vinculados à CEPAL. Os economistas Raul Prebisch e Celso Furtado não tinham, na época, acesso ao meio universitário e para difundir suas ideias se vincularam às empresas e à Federação Nacional da Indústria. É por essa razão que foi fundado o Clube dos Economistas, cujo objetivo principal era editar a *Revista Econômica Brasileira* que será considerada como um órgão de difusão do pensamento heterodoxo e progressista brasileiro.

Desta forma, na década de 1950, os economistas começam a definir e elaborar planejamentos nacionais bem como contribuem com o processo de decisão relativa às políticas econômicas e desta forma não somente vão adquirindo autonomia como disciplina, mas igualmente vão assumindo o poder burocrático que era inédito no campo político nacional. Para isso, a fonte de inspiração é o modelo americano, o que demonstra a fascinação que os economistas brasileiros têm pelos Estados Unidos e isso não é diferente do caso francês onde o modelo americano penetra na vida intelectual (BOURDIEU, 1989, p. 298). Assim, as interrogações relativas às políticas econômicas tornou-se algo "...visível na definição do currículo de 1945, principalmente pela influência de 'economistas' ligados à atuação do governo, como Eugênio Gudín e Octavio Gouveia de Bulhões. Esta foi, talvez, a tendência mais forte a prevalecer na progressiva caracterização dos cursos de economia do país" (SAES e CYTRYNOWICZ, 2000, p.54). Observa-se que muitos destes se tornaram economistas graças a uma formação autodidata e, também, por razões práticas, porque tinham cargos de direção e de gestão nos órgãos públicos.

Em relação à questão política, o estudo comparativo de Coats (1997) sobre a participação dos economistas no governo, após a Segunda Guerra Mundial, sob a influência do keynesianismo, demonstra que a participação destes no governo é crescente e que eles se consolidam gradativamente como uma categoria diferenciada de funcionários públicos. No caso da França, o recrutamento da classe dirigente se faz nas "grandes écoles" como a Escola Nacional de Administração (ENA) a Escola Politécnica, a Escola Livre de Ciências Políticas, etc. (POLLAK, 1976). O objetivo deste ensino seria fazer avançar os conhecimentos no campo da organização científica do trabalho (BOLTANSKI, 1982, p. 163-164). No caso do Brasil, o grande núcleo de formação em economia e gestão é a Fundação Getúlio Vargas. No Brasil, as ideologias neoliberais se expandem com toda sua força em meados dos anos 1970 e as correntes antidemocráticas celebram o renascimento de um novo capitalismo onde a questão central está voltada para a formação, sobretudo em economia e gestão, mas também, nas outras áreas do conhecimento.

CONCLUSÃO

A formação dos economistas, e especialmente em econometria, se desenvolve rapidamente nos Estados Unidos. A institucionalização da economia e do mercado significa integração simbólica e material de diversos países em uma ordem dominada politicamente e economicamente pelo poder americano. Assim, no ensino da economia, a noção de mercado tem um papel central e é ligada à posição dominante dos Estados Unidos na ordem econômica e política do pós-guerra. A estrutura curricular do curso de economia da FGV demonstra bem essa penetração do pensamento e doutrinas econômicas americanas.

Trata-se de um processo dialético de constituição de representações dos modos de organização do mercado e das formas de legitimação do discurso econômico. Nesse sentido, as pesquisas mostram os efeitos concretos do aprendizado de economia sobre os comportamentos cotidianos e mais precisamente sobre as ações relacionadas aos mecanismos de mercado e sua legitimidade (LEBARON, 2009).

É desta forma que o imperialismo econômico impõe ao conjunto da sociedade determinadas práticas que demonstram a capacidade que as ciências econômicas têm para transformar as categorias de percepção e de ação dos indivíduos. Historicamente se observa que o pensamento econômico liberal e neoliberal foi difundido tanto na França quanto na América Latina a partir de um núcleo comum presente nos currículos universitário, e, nesse caso, as leituras dos autores ortodoxos legitimam determinadas orientações em termos de políticas econômicas.

Referências

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos e RÊGO, José Marcio, Um mestre da economia brasileira : Ignácio Rangel, Revista de Economia Política, vol. 13, nº2 (50), abril-junho, 1993.

BOLTANSKI, Luc, Les cadres. La formation d'un groupe social, Minuit, 1982.

BOURDIEU, Pierre, La noblesse d'Etat. Grandes écoles de corps, Paris, Minut, 1989.

CLERC Denis, L'enseignement de l'économie en France, Revue Nouvelles fondations, n°2, Paris, 2006

DEZALAY, Yves, La mondialisation des guerres de palais. La restructuration du pouvoir d'Etat en Amérique latine, entre notables du droit et Chigago Boys, Paris, Seuil, 2002.

DE SOUSA, Antonio Paulino, Théorie et pratique de l'idéologie politique du développement. Le cas de la surintendance du développement du Nord-Est (SUDENE). Lille, 2012.

_____, O discurso dominante sobre a conjuntura econômica e o papel dos jornalistas econômicos, vol. 19, n° 35, Revista Lutas Sociais- Puc, 2015.

LEBARON, Frédéric, La formation des économistes et l'ordre symbolique marchand. In STEINER Philippe et VATIN François (org), Traité de sociologie économique, Paris, Puf, 2009

_____, la crise de la croyance économique, Paris, éditions du croquant, 2010.

LOUREIRO, Maria Rita, L'internationalisation des milieux dirigeants au Brésil, Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, n° 121-122, mars, 1998. Acesso: 20/05/2016.

MAUGER e POLIAK, Gerard, Claude F. Les usages sociaux de la lecture, Actes de la recherche em sciences sociales, n° 01, vol. 123, 1998. www.persee.fr Acesso em 13/05/2010.

MICELI Sergio, A desilusão Americana, São Paulo, Editora Sumaré, 1990.

PUCH, Thierry, Les économistes français et le marxisme. Apogée et déclin d'un discours critique, Rennes, PUR, 2001.

POLLAK, Micael, La planification des sciences sociales, Actes de la Recherche en sciences sociales, n° 2 vol. 2, 1976. Acesso em 13/05/2016

SAES, Flávio Azevedo Marques e CYTRYNOWLCZ, RONEY, O ensino de economia e as origens da profissão de economista no Brasil, Locus, Revista de história, vol. 6 n° 1, 2000, <http://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2349>, Acesso em 12/05/2016

SCHUMPETER, Joseph, Histoire de l'analyse économique. L'âge des fondateurs, Paris, Gallimard, 1983.